



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

2.º SUPLEMENTO

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Ministério das Pescas:

Despacho:

Cria a Delegação do Instituto Nacional de Inspeção do Pescado, na província de Cabo Delgado, com sede na cidade de Pemba.

Comissão Interministerial da Função Pública:

Resolução n.º 1/2009:

Aprova o quadro de pessoal central do Ministério da Ciência e Tecnologia.

MINISTÉRIO DAS PESCAS

Despacho

O Instituto Nacional de Inspeção do Pescado – Inspeção do Pescado – criado através do Decreto n.º 18/2005, de 24 de Julho, tem como objectivo geral inspecionar e certificar os produtos da pesca, sendo que, para a prossecução dos seus objectivos, poderá estabelecer-se no território nacional, em locais onde a actividade pesqueira o justifique.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea f) do artigo 4 do Decreto Presidencial n.º 6/2000, de 4 de Abril, conjugado com o

n.º 3 do artigo 1 do Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Inspeção do Pescado, aprovado pelo Decreto n.º 18/2005, de 24 de Junho, o Ministro das Pescas determina:

Único – É criada a delegação do Instituto Nacional de Inspeção do Pescado, na província de Cabo Delgado, com sede na cidade de Pemba.

Ministério das Pescas, em Maputo, 29 de Setembro de 2006.
— O Ministro das Pescas, *Cadmiel Filiane Mutemba*.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA

Resolução n.º 1/2009

de 10 de Abril

O Decreto n.º 13/2005, de 4 de Fevereiro, cria o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Havendo necessidade de se aprovar o quadro de pessoal central do Ministério da Ciência e Tecnologia, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4 do Decreto Presidencial n.º 12/2008, de 22 de Outubro, ouvido o Ministro que superintende a área das Finanças, a Comissão Interministerial da Função Pública determina:

Artigo 1. É aprovado o quadro de pessoal central do Ministério da Ciência e Tecnologia, constante do mapa em anexo, e que faz parte integrante da presente Resolução.

Art. 2. O preenchimento do presente quadro de pessoal fica condicionado à existência de disponibilidade orçamental.

Art. 3. É revogado o Diploma Ministerial n.º 200/2005, de 28 de Setembro.

Art. 4. A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Comissão Interministerial da Função Pública, aos 26 de Fevereiro de 2009.

Publique-se.

A Presidente, *Vitória Dias Diogo*.